

Émile Zola

J'accuse!

(Eu acuso!)

L&PM POCKET

A VERDADE EM MARCHA

LETTRE

A M. FÉLIX FAURE

Président de la République

Monsieur le Président,

Me permettez-vous, dans ma gratitude pour le bienveillant accueil que vous m'avez fait un jour, d'avoir le souci de votre juste gloire et de vous dire que votre étoile, si heureuse jusqu'ici, est menacée de la plus honteuse, de la plus ineffaçable des taches?

Vous êtes sorti sain et sauf des basses calomnies, vous avez conquis les cœurs. Vous apparaissez rayonnant dans l'apothéose de cette fête patriotique que l'alliance russe a été pour la France, et vous vous préparez à présider au solennel triomphe de notre Exposition universelle, qui couronnera notre grand siècle de travail, de vérité et de liberté. Mais quelle tache de boue sur votre nom — j'allais dire sur votre règne — que cette abominable affaire Dreyfus! Un conseil de guerre vient, par ordre, d'oser acquiescer au Ester-

lien, des papiers disparaissaient, comme il en disparaît aujourd'hui encore; et l'auteur du bordereau était recherché, lorsqu'un *a priori* se fit peu à peu que cet auteur ne pouvait être qu'un officier de l'état-major, et un officier d'artillerie à double erreur manifeste, qui montre avec quel esprit superficiel on avait étudié ce bordereau, car un examen raisonné démontre qu'il ne pouvait s'agir que d'un officier de troupe. On cherchait donc dans la maison, on examinait les écritures, c'était comme une affaire de famille, un traître à surprendre dans les bureaux mêmes, pour l'en expulser. Et, sans que je veuille refaire ici une histoire connue en partie, le commandant du Paty de Clam entre en scène, dès qu'un premier soupçon tombe sur Dreyfus. A partir de ce moment, c'est lui qui a inventé Dreyfus, l'affaire devient son affaire, il se fait fort de confondre le traître, de l'amener à des aveux complets. Il y a bien le ministre de la guerre, le général Mercier, dont l'intelligence semble médiocre; il y a bien le chef de l'état-major, le général de Boisdeffre, qui paraît avoir cédé à sa passion cléricale, et le sous-chef de l'état-major, le

E
le
m
d
h
q
d
C
ce
fo
re
ce
ti
da
d'
de
d'
pe
bu
pl
ch
ce
ri
so
tr
en
le
O
d'
qu

Émile Zola

J'accuse!

L&PM
POCKET

(Eu acuso!)

A VERDADE EM MARCHA

LETTRE

A M. FÉLIX FAURE

Président de la République

Monsieur le Président,

Me permettez-vous, dans ma gratitude pour le bienveillant accueil que vous m'avez fait un jour, d'avoir le souci de votre juste gloire et de vous dire que votre étoile, si heureuse jusqu'ici, est menacée de la plus honteuse, de la plus ineffaçable des taches?

Vous êtes sorti sain et sauf des basses calomnies, vous avez conquis les cours. Vous apparaissez rayonnant dans l'apothéose de cette fête patriotique que l'alliance russe a été pour la France, et vous vous préparez à présider au solennel triomphe de notre Exposition universelle, qui couronnera notre grand siècle de travail, de vérité et de liberté. Mais quelle tache de boue sur votre nom — j'allais dire sur votre règne — que cette abominable affaire Dreyfus! Un conseil de guerre vient

lieu, des papiers disparaissent, comme il en disparaît aujourd'hui encore; et l'auteur du bordereau était recherché, lorsqu'un a priori se fit peu à peu que cet auteur ne pouvait être qu'un officier de l'état-major, et un officier d'artillerie; double erreur manifeste, qui montre avec quel esprit superficiel on avait étudié ce bordereau, car un examen raisonné démontre qu'il ne pouvait s'agir que d'un officier de troupe. On cherchait donc dans la maison, on examinait les écritures, c'était comme une affaire de famille, un traitre à surprendre dans les bureaux mêmes, pour l'en expulser. Et, sans que je veuille refaire ici une histoire connue en partie, le commandant du Paty de Clam entre en scène, dès qu'un premier soupçon tombe sur Dreyfus. A partir de ce moment, c'est lui qui a inventé Dreyfus, l'affaire devient son affaire, il se fait fort de confondre le traitre, de l'amener à des aveux complets. Il y a bien le ministre de la guerre, le général Mercier, dont l'intelligence semble médiocre; il y a bien le chef de l'état-major, le général de Boisdeffre, qui paraît avoir cédé à sa passion cléricalle, et le sous-chef de l'état-major, le

E
le
m
d
h
q
d
C
ce
fe
re
ca
ti
d
d
pi
bu
pl
cl
ce
tr
ce
le
O
d'
q

Émile Zola

J'ACCUSE...!

A verdade em marcha

Tradução de PAULO NEVES

www.lpm.com.br

L&PM POCKET

PREFÁCIO

por Henri Guillemin[\[1\]](#)

Antes de ver Zola engajar-se no caso e nele combater como jamais combateu, é necessário lembrar brevemente o que era esse caso e como ele se apresentava quando Zola se envolveu.

Nos últimos dias de setembro de 1894, o Serviço Francês de Informações apresenta uma peça bastante comprometedora, proveniente, ao que parece, da embaixada da Alemanha em Paris. Fora obtida por um agente francês (uma empregada de limpeza, que recebeu uma retribuição por esse serviço) no cesto de lixo do adido militar Von Schwartzkoppen. É uma carta não datada, não assinada e endereçada por um desconhecido a esse oficial alemão. Ela enumera (daí o nome que receberá: o borderô) informações relativas à defesa nacional francesa. Trata-se, pois, de um documento de espionagem, provavelmente de uma traição; e esses segredos passados à Alemanha, somente um oficial francês bem graduado é capaz de conhecer. Quem é o “traidor”?

Baseado numa fotografia dessa carta, um membro dos serviços do Estado-Maior, o tenente-coronel d’Aboville, declara, em 6 de outubro de 1894, que reconhece a caligrafia: é a de um oficial da artilharia, o capitão Alfred Dreyfus, que na primavera daquele ano fez um estágio no Estado-Maior.

Com uma estranha pressa – e a despeito de uma perícia solicitada ao melhor especialista possível, Gobert, do Banco da França, que se mostrou bastante cético quanto à atribuição do borderô ao capitão Dreyfus – o general Mercier, ministro da Guerra, ordena a detenção do capitão e o seu julgamento. O processo se realiza no final de dezembro de 1894. O comandante Henry, do Serviço de Informações, afirma a culpabilidade de Dreyfus: “O traidor que procuramos é ele! Eu juro!” O ministro, por sua vez, que se inquieta e teme uma absolvição (pois na verdade a acusação é

desprovida de provas), entrega aos juízes militares – após o término dos debates e à revelia do acusado e do seu defensor, o que constitui literalmente uma infração – um “dossiê secreto”, contendo uma carta escrita por Schwartzkoppen, que fala desse “*canalha* [sic] do D”. *D* em maiúscula, nada mais. Mas os juízes são tacitamente convidados por seu superior a ler, sob essa inicial, o nome completo de Dreyfus. É a peça – a prova – que falta ao requisitório.

Em 22 de dezembro de 1894, o capitão Dreyfus é então reconhecido culpado e condenado à degradação militar e à deportação perpétua num reduto fortificado. Dreyfus será degradado em 5 de janeiro de 1895, no pátio da Escola Militar, e enviado à prisão da ilha do Diabo [na costa da Guiana Francesa].

Em abril do ano seguinte, o novo chefe do Serviço de Informações, o tenente-coronel Picquart, toma conhecimento de um telegrama que Schwartzkoppen destinava a um comandante francês da infantaria, o comandante Esterhazy. O texto dessa mensagem é estranho, alarmante. Picquart manda fazer um inquérito sobre Esterhazy, constata que é um sujeito desonesto, desacreditado, atolado em dívidas, e descobre, a partir de um exame de sua escrita, que ela é a mesma do borderô. Assim, o homem que há mais de um ano jaz na ilha do Diabo é inocente.

Picquart hesita, durante três meses, em falar, mas em agosto finalmente revela a seus chefes (o general Boisdeffre, chefe do Estado-Maior, e o general Gonse, subchefe) o que descobriu. Ele temia a reação deles e não estava enganado. Tanto um como o outro se opõem absolutamente à manifestação da verdade; para eles, a questão Dreyfus não deve ser colocada; Dreyfus continuará “culpado” e permanecerá na prisão.

Privado discretamente das suas funções, sabendo que lhe querem mal por sua descoberta e temendo o pior para a própria carreira, Picquart (que fora “exilado” na Tunísia), após meses e meses de um prudente silêncio e amedrontado com o que parece preparar-se contra ele no Estado-Maior, solicita em junho de 1897 uma licença. Vai a Paris e, para se precaver, põe um advogado, o sr. Leblois, a par do que sabe e das ameaças que pesam sobre ele. Intima Leblois a calar-se, proibindo-o expressamente de revelar a quem quer que fosse o que ficara sabendo sobre a inocência de Dreyfus; sua audiência com o advogado (em 21 de junho de 1897) tinha apenas o objetivo de colocar Leblois a seu favor no caso de alguma

iniciativa desagradável dirigida contra ele próprio, Picquart, pelos chefes do Exército.

Leblois desobedece. Perturbado ao pensar na sorte que um inocente enfrenta já há trinta meses, ele decide fazer tudo para salvar e reabilitar esse infeliz cuja única culpa é ser judeu, e que paga pelo crime cometido por um outro, o inescrupuloso Esterhazy. Leblois solicita, e logo obtém, o apoio de um dos vice-presidentes do Senado, Scheurer-Kestner, alsaciano como Dreyfus e patriota como ele. Ambos constituem um dossiê basicamente formado pelas cartas de Esterhazy que, cotejadas com uma fotografia do borderô, estabelecem inquestionavelmente que este é obra do comandante.

Em vão Scheurer-Kestner procura o novo ministro da Guerra, general Billot, que é seu amigo e com quem tem ligação desde a infância. Mostra-lhe que, no interesse mesmo do Exército, uma revisão do processo de 1894 é necessária, que todos reconhecerão que o Conselho de Guerra se enganou de boa-fé, e Esterhazy tomará o lugar de Dreyfus na prisão, como convém. Mas Billot confessa a Scheurer que para isso nunca terá a concordância de Boisdeffre. Após uma longa espera alimentada de esperanças ilusórias, Scheurer-Kestner decide por fim levar o caso a público. E o caso Dreyfus propriamente dito explode em 15 de novembro de 1897, quando Esterhazy é publicamente apontado ao Estado-Maior e à Presidência da República, como o culpado que deve, o mais cedo possível, substituir o capitão inocente na ilha do Diabo.

É então que Scheurer-Kestner e o pequeno grupo reunido a seu redor se dirigem a Zola, bem como a outras personalidades francesas, para que se juntem a essa obra de justiça indispensável e de uma clamorosa urgência.

Se o núcleo dos que logo serão chamados os *dreyfusards* pensou particularmente em Zola, é porque o escritor, no ano precedente, no *Figaro* de 16 de maio de 1896, havia publicado um artigo intitulado “Em favor dos judeus”, no qual denunciava a imbecilidade e a vergonha do antissemitismo professado por Drumont, por exemplo, com seu jornal *La Libre Parole*.

Zola, porém, está afastado da polêmica. Não é mais, em 1897, o jovem de outrora que chamava a atenção por sua defesa dos impressionistas, com *Mon Salon* e *Mes Haines* [1866]. Está com 57 anos; é um senhor bem-estabelecido e candidato a uma cadeira na Academia; daria muito valor, realmente muito, a essa consagração que faria dele – após tantas disputas em torno do seu nome e os insultos que lhe valeram *Nana*, *Germinal* e,

sobretudo, *La Terre* – um membro da Academia Francesa, numa posição indiscutível entre os homens de bem. Seria uma bela desforra! Suas chances aumentam, de eleição a eleição; cresce o número de seus “amigos” na majestosa confraria, fazendo Edmond de Goncourt empalidecer de raiva. Renan, que execrava Zola, era ontem um opositor, mas o grande pensador desapareceu... Zola confessará com toda a honestidade a Reinach, mais tarde, que, se estivesse ocupado com um livro – isto é, em pleno trabalho de criação – quando Marcel Prévost o procurou para pedir seu apoio em favor de Dreyfus, dificilmente teria aceito. Mas, no outono de 1897, ele terminara sua trilogia, *Lourdes, Rome, Paris* (este será impresso no inverno seguinte), e ainda não sabe a que novo livro vai se dedicar. Está livre, disponível e, portanto, dirá “sim” a Marcel Prévost.

O processo do capitão, em 1894, havia se passado sem chamar a atenção do romancista. Em 5 de janeiro de 1895, dia da degradação, Zola almoçava na casa de Alphonse Daudet e ouviu Léon, o filho deste, que assistira à cerimônia, relatá-la em detalhe. Ele chegou a pensar então em utilizar “essa cena terrível num romance”, mas em nenhum momento lhe ocorreu a ideia de que se tratasse talvez de um erro judiciário. Nesse ponto, Zola tinha a mesma ingenuidade crédula de praticamente todos os franceses. Mas os documentos que agora lhe põem sob os olhos são claros, são mesmo irresistíveis: Esterhazy é o autor do borderô. Não resta a menor dúvida. É preciso forçar o Estado-Maior – o que não é fácil, estando em jogo o “espírito de corporação” – a reconhecer o erro cometido e a repará-lo sem demora. Aliás, da forma como se apresentam as coisas, o problema não é complicado, a prova está aí; a escrita do borderô é a de Esterhazy, não há necessidade de perícia; basta ver e constatar. Portanto o drama não será longo: Esterhazy será julgado e deve ser condenado. Tudo será resolvido em poucas semanas.

É com essa disposição que Zola empreende sua pequena campanha. Sem febre, sem violência, na tranquila convicção de que tudo se resolverá depressa e de que o sucesso é garantido. Como poderia ser de outro modo? Não há apenas a escrita do comandante, há também uma carta incontestável de Esterhazy que uma ex-amante sua (sra. de Boulancy, de quem Esterhazy não faz muito surrupiara trinta mil francos) entregou ao *Figaro*, que a reproduziu em fac-símile, ao lado do borderô. A carta imediatamente ficou célebre sob o nome de “Carta do ulano[2]”: “Se esta noite”, escrevia

Esterhazy, “viesses me dizer que eu seria morto, amanhã, como capitão de ulanos atacando a golpes de sabre os franceses, eu ficaria muito feliz”. Os nacionalistas não admitem que o Exército tenha podido se enganar, e o Estado-Maior tem suas razões para recusar obstinadamente, a despeito de tudo, uma revisão do caso Dreyfus. A direita inventou a existência de um “sindicato” judeu internacional, dotado de enorme capital e, naturalmente, de origem alemã, que teria se formado na sombra para caluniar o Exército francês e retirar do seu justo castigo o israelita criminoso. Zola não leva essas fantasias a sério. Inicialmente, entrega ao *Figaro* um artigo sobre Scheurer-Kestner, para explicar aos leitores que, se um homem tão calmo e sensato quanto Scheurer, e tão ardentemente francês (ele fora, em 1871, um dos “deputados protestadores” da Alsácia-Lorena na Assembleia Nacional[3]), engajava-se em favor de Dreyfus, é porque a causa era boa, o dossiê era sólido, e ninguém podia suspeitar que um homem de paz como esse vice-presidente do Senado tivesse intenções maléficas. Depois (em 10 de dezembro), Zola diverte-se com o “sindicato”: claro que existe esse “sindicato”, mas não é o fantasma e o monstro fabricado pelos antisemitas; é o sindicato “dos homens de boa vontade”; “faço parte dele e espero o mesmo de todos os homens honestos da França”. Ainda num tom tranquilo, embora já um pouco mais animado, publica o “Auto de perguntas” em 5 de dezembro.

Mas as fúrias se desencadeiam, e Zola constata que a verdade é o que menos importa para os defensores do Estado-Maior. Daí seus dois textos, cheios de arrebatamento: *Carta à juventude*, em 14 de dezembro de 1897, e *Carta à França*, em 6 de janeiro de 1898. Ainda assim, Zola estava longe de prever o que se passaria em 11 de janeiro. Esterhazy – cujos passos e atitudes são todos guiados por Henry e du Paty de Clam, que agem em favor dos interesses militares – pede para ser julgado. O general Pellieux lhe disse que ele nada tem a temer, e os delegados do Estado-Maior lhe demonstraram que, denunciado como está, só terá segurança após uma sentença que o absolva de maneira absoluta: “*res judicata pro veritate habetur*”. Absolvido pelo Conselho de Guerra (não há perigo algum, a absolvição é certa: há sempre “peritos” dóceis, mesmo diante da evidência), ele estará então protegido contra qualquer inconveniente. E o que parecia inconcebível é exatamente o que se realiza. Em 1894, foram necessários quatro dias para declarar culpado, sem provas, o inocente Dreyfus; bastarão

apenas 48 horas, e a despeito das provas mais arrasadoras, para declarar inocente o criminoso Esterhazy.

Desta vez, na noite de 11 de janeiro de 1898, quando toma conhecimento da prodigiosa sentença de absolvição, Zola é sacudido até as raízes. Uma espécie de alarme soou dentro dele.

Barrès se esforçará por afirmar que o caso Dreyfus é miserável; uma “historieta”, diz ele, suscetível apenas àquele “interesse grosseiro” que se tem por um “romance de folhetim”. [4] Não é o que pensa Zola. Como ele escreverá em 1902 no seu romance *Vérité* [Verdade], o caso Dreyfus é “a história de um judeu crucificado”. No entanto, ele se mantivera até então cuidadosamente afastado da política. Depois de *L'Assomoir* [*A taberna*, 1876], proibira-se de ser um reformador. “Apenas verbalizo”, dizia; impedia-se de “concluir”: “A conclusão escapa ao artista” e não lhe diz respeito. Com *Germinal* [1885], uma imprudência; como o tema o empolgou muito e porque foi ver no local os mineiros, ele se comprometeu a ponto de dizer em voz alta: é verdade, o que eu quis foi lançar “um tal grito” para que essa pobre gente, esses trabalhadores a França parem de “se deixar devorar”. Depois, como se tivesse medo da própria audácia, aparecem sucessivamente, em *La Terre* [A Terra, 1887] e *La débâcle* [*A derrocada*, 1892], dois homens expressamente designados por ele como “socialistas”, Canon e Chouteau, ambos pintados como repugnantes. Em *La débâcle*, ele aprova até mesmo os versalheses de 1871, não hesitando em escrever que sua vitória, sua atroz vitória sobre os participantes da Comuna, não era senão “a parte sadia da França, a razoável, a ponderada, a camponesa”, suprimindo “a parte louca [...] perdida em fantasias e folguedos”. Pode-se perguntar se o triste apetite de Zola pelo disfarce acadêmico não estaria um pouco ligado a tais afirmações. Mas convém acrescentar que *Paris*, que ele acabara de escrever em 31 de agosto de 1897, era como um arrependimento de sua *Débâcle* de 1892, pois ali a exploração burguesa aparece nua e em termos impróprios para agradar a alta sociedade.

O caso Esterhazy-Dreyfus levanta tamanhas paixões que lançar-se nele é precipitar-se num combate selvagem. E o temperamento de Zola não o predispõe a enfrentar tal tumulto. Se é um escritor forte com a pena na mão, na discussão oral falta-lhe serenidade e presença de espírito. Além disso, é totalmente desprovido de qualidades oratórias. Como presidente da Sociedade dos Homens de Letras, seus discursos viraram uma espécie de

atração: gaguejando e repetindo, ele lia folhas que sua miopia o obrigava a colocar quase junto ao nariz, e, mesmo no cemitério – eu diria, sobretudo no cemitério –, para as homenagens de despedida aos colegas falecidos, Zola se destacava por provocar deploravelmente risos contidos. Aliás, no ano precedente, o dr. Toulouse, “chefe clínico das doenças mentais na Faculdade de Medicina de Paris”, publicara – com a corajosa concordância e um prefácio do romancista em pessoa – um estudo “médico-psicológico” sobre o seu caso; e todos ficaram sabendo que Zola, embora descreva tão bem as multidões, as evita por causa de um pânico incontrolável; que as tempestades o apavoram, e sua “emotividade” é “excessiva”, apresentando mesmo aspectos “mórbidos” com “reações desordenadas”.

É esse homem, sujeito a tantas incapacidades e desvantagens, que, no entanto, vai se lançar de cabeça na batalha em defesa de Dreyfus e da verdade pisoteada. Por que ele faz isso? Acredito que é porque há nele zonas de má consciência, de perturbações e remorsos. Os companheiros de outrora franziram as sobrancelhas ao vê-lo solicitar os sufrágios dos acadêmicos, ele que, em 1879, falara sem indulgência dessa famosa academia. Através do seu Souvarine, em *Germinal*, Zola disse que os políticos são homens que “fazem carreira com frases”; mas foi também “com frases”, escritas, que ele “fez carreira” e enriqueceu; além disso, será realmente verdade que, se seus livros atingem grandes tiragens, é em razão do “grande sopro marinho” (como ele disse em *Le Docteur Pascal* [1893]) que os atravessa e sustenta? Não seria antes por causa do que chamam sua “ousadia” e da brutalidade do seu realismo, e pelo gosto sombrio que há nos homens pela luxúria, o sangue e a morte?

A propósito de George Sand, vinte anos antes, atacou o adultério; no entanto, nos últimos dez anos, é no adultério que vive. Tenho a impressão, e não creio estar enganado, que, ao tomar o partido que tomará em 2 de janeiro de 1898, Zola responde a um mandamento interior. *É preciso* que Dreyfus, um inocente, seja reabilitado; mas é uma outra reabilitação, muito silenciosa, que Zola busca ao mesmo tempo: a sua própria. Pois o que vai fazer lhe será muito custoso: sobre esse ponto, ele não tem a menor ilusão. Mas tanto faz, ou tanto melhor.

A Academia? É ele mesmo que, de uma só vez, vai sabotar sua candidatura ao tocar na arca sagrada, no Estado-Maior, símbolo convencional da pátria, e cujo culto, aos olhos de milhões de franceses,